

PAC: ou muda ou serão 10 anos de arrocho

CUT já decidiu lutar pela retirada do Projeto de Lei Complementar (PLC) que piora a Lei de Responsabilidade Fiscal e impõe limites ao crescimento da folha de pagamento do funcionalismo

Nos primeiros quatro anos de governo Lula, por força de repetidas greves, passeatas e mobilizações, os servidores conseguiram arrancar reposições salariais que começaram a aliviar o arrocho anterior.

No entanto, o chamado Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), anunciado em 22.01, traz um dispositivo que reverte essa tendência.

O governo quer incluir um artigo 71-A na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF - 101/2000) estabelecendo que:

"A partir do exercício financeiro de 2007 e até o término do exercício de 2016, a despesa com pessoal e encargos sociais da União, para cada Poder e órgãos referidos no art. 20, não poderá exceder, em valores absolutos, ao valor liquidado no ano anterior, corrigido pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor

Amplo - IPCA, ou o que venha a substituí-lo, verificado no período de doze meses encerrado no mês de março do ano imediatamente anterior, acrescido de um e meio por cento".

Primeiro, é preciso esclarecer que essa proposta NÃO É de reajuste linear de 1,5% mais a inflação medida pelo IPCA. O que ela faz é colocar mais um limite - hoje já existem outros na LRF - para o crescimento da folha de pagamento de todo o funcionalismo.

Isso significa:

1) Os recursos necessários para ampliação do quadro funcional (novos concursos), promoções, precatórios judiciais, entre outros, estão incluídos nas limitações desse Art. 71-A. Na prática, o chamado crescimento vegetativo da folha vai consumir a totalidade - ou até mais! - do limite de 1,5%, comprimindo ou extinguindo os recur-

sos disponíveis para novos reajustes.

2) O Art. 71-A vai acirrar ainda mais a disputa pelos recursos, jogando os servidores uns contra os outros na ilusão de conseguir alguma coisa em campanhas específicas.

3) O cumprimento de compromissos assumidos pelo governo em decorrência das greves de 2005 e 2006 (novos planos de carreira) não está garantido pois o Art. 71-A só exclui do cálculo dos limites os acordos transformados em lei até o dia 31.12 do ano passado.

O governo também mantém a quebra da paridade ativo/aposentado/pensionista e a política de implantar a legislação que

complementa as contra-reformas da previdência. Por exemplo, o governo quer aprovar a criação do Fundo de Aposentadoria Comple-

mentar do servidor, na contra-mão da reivindicação da categoria que luta pelo restabelecimento de todos os direitos previdenciários retirados pelas contra-reformas.

Os argumentos para justificar esse arrocho são fornecidos pelo FMI e Banco Mundial: "cortar gastos públicos".

Já se viu aonde vamos com esses colonizadores "corte de gastos", LRF, privatizações e PPPs: desastres, caos, desastres como o do metrô em S.Paulo, revolta social como em Alagoas.

Para o Sindsep, ao contrário, serviço público, salário, previdência social são investimentos. Sem eles não haverá crescimento econômico.

Para haver crescimento é necessário tocar em questões cruciais, como a Reforma Agrária (que não foi contemplada pelo programa) e o questionamento das privatizações (como a anulação do leilão da Vale do Rio Doce). Não será com novas PPPs nem com arrocho do funcionalismo que haverá crescimento.

De onde tirar os recursos? Da especulação financeira. É preciso enfrentar e derrotar a ditadura do superávit primário. Para essa não faltará mobilização popular.

Pela retirada do PLC que piora a LRF (art. 71-A): todos estamos convocados para participar das atividades no Congresso Nacional, dias 6, 7 e 8 próximos, junto com a Condsef.

Pela retirada do PLC que piora a LRF (art. 71-A): todos estamos convocados para participar das atividades no Congresso Nacional, dias 6, 7 e 8 próximos, junto com a Condsef.

CUT reúne entidades pela retirada do art. 71-A

Em encontro realizado na sexta-feira, dia 02.02, na sede da CUT (SP), entidades dos servidores de todo o país decidiram impulsionar a luta pela retirada do mecanismo de limitação das despesas com o funcionalismo. A resolução aprovada afirma: "a fixação do limitador de despesas com funcionalismo para cada um dos poderes da União (inflação medida pelo IPCA + 1,5% ao ano para a folha, resguardados os acordos firmados até 2006) (...) não foi negociada no Fórum que seria adequado para isso, que é a atual Mesa Nacional de Negociação Permanente. Assim, a Central sustenta que o mecanismo determinado pelo PAC seja retirado e que as novas regras sejam imediatamente negociadas na Mesa Nacional de Negociação Permanente".

Alagoas: servidores se chocam com a LRF

O funcionalismo público de Alagoas enfrenta as conseqüências nefastas da Lei de Responsabilidade Fiscal. No dia 15.01, o novo governador Teotônio Vilela Filho (PSDB) anunciou a suspensão do pagamento dos

reajustes salariais dos servidores acordados em 2006. A medida, segundo ele, era necessária para atender a LRF, que impõe um limite de despesas com o funcionalismo aos estados.

A decisão desencadeou

uma crise política no estado. Inúmeras categorias entraram em greve cobrando o cumprimento dos acordos. No dia 31.01, cerca de 2 mil professores ocuparam a sede da Secretaria de Educação, no Centro de Maceió.

Calendário de Plenárias Setoriais - Novas datas

Dias	Horário	Local	Departamentos
10 e 11/03	9h às 18h	Condsef	Fazendários (Ministério da Fazenda, Receita Federal e vinculadas)
10 e 11/03	9h às 18h	Sindsep/DF	Ciência e Tecnologia (Ministério da Ciência e Tecnologia e vinculadas)

Crítérios para participação: os delegados poderão ser eleitos em assembleias gerais, setoriais, regionais ou por local de trabalho. Será eleito um delegado para cada 500 filiados. O quórum mínimo para eleição de delegados é de dez presentes na assembleia. Ainda pode ser eleito um delegado pela diretoria de cada entidade filiada, desde que referendado em assembleia realizada pela própria entidade.

HFA fará ato público no Planejamento

Indignados com o descumprimento do acordo pelo Ministério do Planejamento, os servidores do Hospital das Forças Armadas (HFA) decidiram em assembléia, no dia 01.02, realizar um ato na quarta-feira, dia 07.02, às 9h, em frente ao bloco C.

O objetivo é cobrar o cumprimento do acordo do governo de concluir a proposta do Plano de Carreira do HFA até o dia 31.01. Para isso, os servidores querem ser recebidos pelo secretário de Recursos Humanos. Depois, eles seguirão em passeata até a Casa

Civil, também no intuito de serem recebidos pela chefia do órgão.

Os servidores do HFA aguardam a elaboração do Plano de Carreira há cerca de dois anos. No princípio, a direção do hospital disse que não havia necessidade da ingerência do sindicato,

pois já havia concordância do governo. Porém, como a proposta não foi apresentada aos servidores ao longo de dois anos, o Sindsepe-DF reiniciou a mobilização ano passado e, no dia 20.12, em reunião no Planejamento, acertou que em fevereiro, o governo

submeteria a sua proposta ao conjunto dos servidores. Pelo cronograma definido pelo próprio Planejamento, a aprovação do Projeto, com o seu envio a Casa Civil e ao Congresso, teria tramite máximo previsto até o dia 31.07.

ENAP recebe o Sindsep

Após reiterados pedidos de audiência, a direção da ENAP recebeu o Sindsep-DF, no dia 01.02, para tratar dos seguintes pontos:

a) Extensão da GSISTE para os servidores da ENAP;

b) Plano de Carreira;

c) Convênio com a GEAP;

d) Reintegração dos anistiados.

Sobre a GSISTE, a presidente Helena Keer informou que mandou nota técnica afirmando a necessidade de estender a gratificação ao Ministério do Planejamento. O sindicato pediu uma cópia do documento. O Sindsep aproveitou a reunião



para registrar que o decurso do prazo entre uma reunião com a direção da escola e outra prejudicou as possíveis ações do sindicato para incluir os servidores da ENAP na

MP 341 (MP do Remendão), publicada em 30.12. Agora, o sindicato terá que procurar resolver a situação da GSISTE por meio de outro instrumento jurídico.

Em relação ao plano de saúde, a direção afirmou que está aguardando apenas a proposta da GEAP para firmar o convênio. Quanto aos anistiados, Helena Keer informou que nos próximos dias, todos serão reintegrados.

Cultura inicia mobilização para greve

Em assembléia conjunta, na quinta-feira, dia 01.02, os servidores da Cultura (MinC, IPHAN, FUNARTE, FBN e FCP), reiniciaram os trabalhos de



2007 pelo encaminhamento do Projeto de Lei que altera a tabela de vencimento básico do Plano Especial de Cargos da categoria. A assembléia contou com a participação de mais de 60 servidores, e elegeu seis delegados que irão participar da plenária nacional do Departamento de Educação e Cultura da Condesf, dias 03 e 04.02.

Na discussão, os servidores lembraram que ao final de 2006, o ministro Gilberto Gil, em conversa com o presidente Lula, colocou a necessidade de reestruturar o quadro de pessoal do MinC, tornando-se, portanto, uma condição imprescindível para permanecer no cargo, o cumprimento do acordo do governo com os servidores do órgão. Esta condição foi aceita pelo Presidente da República e a ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, ficou responsável por encaminhar a questão.

Os servidores tiraram três propostas de Brasília para apresentar à plenária nacional:

- 1) Indicativo de mobilização com a realização de assembléias periódicas como preparação para a greve;
- 2) Realização de encontro específico dos servidores da Cultura (casos Funarte, IPHAN, criação do Instituto Brasileiro de Museus, etc). O encontro seria realizado no Rio de Janeiro;
- 3) Formação de comissão para solicitar uma audiência com o secretário-executivo Juca Ferreira para saber do andamento do Projeto de Lei junto à Casa Civil.

Anistiados montam acampamento na Conab

Os anistiados da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) montaram acampamento em frente a estatal na terça-feira, dia 30.01, com a disposição de só saírem do local depois que a direção da Conab cumprir a portaria do Ministério do Planejamento nº 14 (04.09.06), que determina o retorno escalonado dos 1.179 servidores demitidos durante o governo Collor. Caravanas de anistiados de todo o país se revezam no acampamento.

De acordo com a portaria, os anistiados seriam reintegrados ao serviço público a partir de outubro do ano passado. Até o dia 01.02, 500 anistiados já deveriam ter voltado ao trabalho. Porém, até hoje, nenhum deles tomou posse.

Uma comissão de representantes dos anistiados de Brasília e de outros es-



tados e diretores do Sindsep-DF foi recebida pelo presidente da Conab, Jacinto Ferreira, na manhã do dia 30.01. Ele informou aos servidores que a admissão dos anistiados depende do Ministério da Agricultura. No entanto, esta informação foi contestada pelo chefe de gabinete do MAPA, Marçao Tadano, que afirmou que a reintegração dos anistiados depende da direção da Companhia resolver a questão do orçamento junto ao Planejamento. O estranho é que, logo depois de falar com a comissão, o presidente da Conab encami-

nhou ao MAPA o ofício nº 039 contendo um novo cronograma para reintegração dos anistiados e a projeção de gastos, num total descumprimento da portaria nº 14 no MP.

No dia 31.01, a mesma comissão foi recebida pelo Departamento de Coordenação e Controle de Empresas Estatais (DEST/MP), que manifestou total surpresa pelo descumprimento da Portaria. Os servidores não querem acreditar que a portaria tenha servido de golpe eleitoral e exige do governo o seu cumprimento integral.

Para esta semana, estão programadas reuniões com a bancada Federal e Distrital do PT e no Ministério Público do Trabalho, além da manutenção do acampamento.

Expediente:

Sindicato dos Servidores Públicos Federais no Distrito Federal – SINDSEP/DF – Fone: 3212- 1900. **Redação:** Edison Cardoni, Carlos Henrique, Oton Pereira Neves e Giselle do Valle - **Conselho Editorial:** Edison Cardoni (coordenador da Secretaria de Imprensa), Roberto Monteiro de Oliveira, Leonio Gomes Lacerda, Ricardo Jacome, Marta Rosângela e Carlos Henrique - **Jornalista:** Giselle do Valle DF2361JP - **Fotos:** MI Management - **Diagramação:** (André Filho Reg. 5048) - **Tiragem:** 10.000 - **Impressão:** Intergraf - **Contribua com a elaboração do "Esplanada Geral". Envie as notícias do seu local de trabalho para os endereços eletrônicos: imprensa@sindsep-df.com.br ou cardoni@sindsep-df.com.br.**